



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 404, DE 2015

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos ao senhor Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, que, ouvindo o senhor Presidente da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), Aldemir Bendine, preste informações, no prazo regimental de 30 dias, sobre a previsão de retomada das obras da empresa atualmente paralisadas em todo o País, com especial atenção para a UFN III – Unidade de Fertilizantes Nitrogenados, em Três Lagoas/MS, com respostas especificamente para as seguintes questões:

- Todas as obras atualmente paralisadas serão retomadas? Se não, quais o serão, e quais os critérios para essa seleção?

- Já está estabelecido um cronograma para a retomada dos contratos?

- Quais as fontes dos recursos necessários para a retomada das obras? Próprios da Petrobrás? Empréstimos junto a organismos financiadores nacionais e/ou internacionais? Captação por meio de lançamento de Títulos?

- Para a retomada da execução das obras que se encontram paralisadas, serão estabelecidas novas parcerias?

- Durante o período da paralisação, a Petrobrás realizou estudos técnicos e orçamentários, no sentido de que os prazos de retomada das obras sejam minimizados?

- No caso específico da UFN III – que por ocasião do rompimento do contrato então vigente, encontrava-se já com 82% das obras concluídas, e com previsão inicial de

entrada em funcionamento para outubro de 2014 (ambos dados oficiais da própria Petrobras) – já existe uma nova previsão para a conclusão da obra, considerando a sua importância para o mercado nacional de fertilizantes, para o agronegócio brasileiro e para a economia do País?

Justificação

No momento em que todos discutem as dificuldades presentes da Petrobras – que, felizmente, parecem estar sendo encaminhadas de forma adequada aos interesses maiores da Empresa e do País – parece-nos apropriado que dirijamos nosso olhar para o futuro dos seus projetos e investimentos.

No último dia 22 de abril, a Petrobras divulgou o seu Balanço Anual referente ao exercício de 2014, abrindo caminho para a definitiva regularização de sua situação junto ao mercado. Na ocasião, disse o presidente Adelmir Bendine: *“A Petrobras não vai parar, não vai entrar em marcha ré. (...) A Companhia retomará sua capacidade enorme de geração de valor para o acionista e para toda a sociedade brasileira.”*

Pela importância da Petrobras no passado e na construção do presente (o que já se encontra devidamente reconhecido nos livros da nossa História), garantir a continuidade de sua atividade motriz do desenvolvimento, e, portanto, o seu futuro, é um exercício de soberania, de democracia e de cidadania.

Nesse sentido, a Petrobras não é apenas uma empresa que produz e distribui combustíveis, mas é ela mesma um dos principais combustíveis do nosso desenvolvimento. Se sua importância econômica não pode ser diminuída, é ainda maior sua importância estratégica, como indutora do desenvolvimento em todas as suas áreas de atuação e como produtora de conhecimento científico e tecnológico de ponta – talvez uma das poucas áreas da chamada “economia do conhecimento” em que o Brasil não segue, mas orienta, as demais nações, como é o caso da exploração de petróleo em águas profundas.

Se existem pontos positivos na crise recente que envolveu a Empresa – além da oportunidade ímpar de promover uma depuração em suas rotinas administrativas, garantindo maior transparência e eficácia para as suas ações –, um dos mais importantes é ter explicitado o tamanho da Petrobras no âmbito da nossa economia, e como a sua eventual falta (mesmo temporária) compromete setores produtivos inteiros,

a montante e a jusante, mesmo alguns que, à primeira vista, possam parecer nada ter a ver com a atividade principal da empresa.

Isso se tornou evidente nos municípios onde a Empresa investiu pesadamente nos últimos anos, e que viram florescer a oferta de emprego e os ramos de fornecimento de material e serviços (entre os quais hotelaria, alimentação, capacitação de mão de obra) em níveis inéditos, beneficiando a economia municipal e regional como um todo e propiciando significativo aumento na arrecadação fiscal e na geração de emprego e renda.

Com o rompimento dos contratos em andamento, que se generalizou no final do ano passado, todo esse ciclo virtuoso se inverteu, e as economias locais mergulharam em graves dificuldades econômicas. Se ainda era necessário provar a importância das atividades da Petrobras para a economia como um todo, a crise gerada pela interrupção dos seus investimentos veio fazê-lo, infelizmente pelo viés negativo.

Para citar o caso que conhecemos melhor, o de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, foram milhares de trabalhadores demitidos, pequenas empresas que fecharam suas portas, o que gerou um quadro de grave instabilidade econômica e social e uma dívida corrente (de pagamentos a fornecedores, em sua maioria de pequeno porte) que ultrapassa a casa dos 36 milhões de reais.

Não é só a Petrobras que precisa planejar o seu futuro. Três Lagoas, Macaé, Camaçari, e o Brasil como um todo, também precisam fazê-lo. Nunca é demais lembrar que a Petrobras, sozinha, impacta em cerca de 13% do PIB nacional, e que suas atividades envolvem mais de 86 mil empregados, mais de 104 bilhões de reais em investimentos, uma produção diária de 2 milhões e 539 mil barris de óleo e 2 milhões e 124 mil barris de derivados. A Empresa tem presença global em 17 países. Seu patrimônio inclui 134 plataformas de produção, 15 refinarias, 5 usinas de biodiesel e 10 de etanol, além de 3 fábricas de fertilizantes.

Em reunião de que participamos, juntamente com a prefeita Márcia Moura, na sede da Petrobras, em 30 de março último, tivemos a oportunidade de expor a difícil situação de Três Lagoas para o Diretor de Gás e Energia, Hugo Repsold Júnior, e o Diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais, Roberto Moro, e de formular apelo em favor da urgente retomada do contrato e da finalização das obras da UFN III. Ao apresentarmos este Requerimento, que não se restringe ao problema específico de Três Lagoas, nosso objetivo é que o Senado, Casa da Federação, recebendo essas

informações estratégicas, possa contribuir para a retomada de um projeto de desenvolvimento que interessa à Empresa e ao País, às gerações presentes e futuras.

Assim sendo, confiamos no apoio da Mesa do Senado Federal para encaminhar o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2015

Senadora **Simone Tebet**
PMDB-MS

Senador **Waldemir Moka**
PMDB-MS

(À Mesa para decisão)

Publicado no **DSF**, de 29/4/2015

Secretaria de Editoração e Publicações – Brasília-DF
OS: 11674/2015